

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NA ESCOLA
MUNICIPAL MIRTA CORREIA COSTA**

**SCHOOL DROPOUT IN YOUTH AND ADULT EDUCATION – EJA ESCOLA MUNICIPAL
MIRTA CORREIA COSTA**

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma abordagem educacional que destaca o direito à aprendizagem contínua, indo além da mera escolarização. Ela desempenha um papel crucial na formação de indivíduos como agentes ativos da história e no combate às desigualdades sociais. Este estudo visa analisar a prática pedagógica e o perfil dos alunos na EJA do ensino fundamental da Escola Municipal Professora Mirta Correia Costa em Quebrangulo-AL. Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental, abordando a evolução da EJA desde a década de 1980 até hoje e o histórico do projeto "Saber" no município. Destaca-se a importância da EJA como meio de inclusão e a necessidade de constante análise e aprimoramento da prática pedagógica e do perfil dos alunos nesse contexto educacional.

Palavras-Chave: Cidadania; Educação; EJA.; Projeto.

ABSTRACT

Adult and Youth Education (EJA) is an educational approach that emphasizes the right to continuous learning, going beyond mere schooling. It plays a crucial role in shaping individuals as active agents in history and in combating social inequalities. This study aims to analyze the pedagogical practice and the profile of students in EJA at the elementary level of the Municipal School Professora Mirta Correia Costa in Quebrangulo-AL. A bibliographic and documentary research approach was employed, covering the evolution of EJA from the 1980s to the present day, as well as the history of the "Saber" project in the municipality. The importance of EJA as a means of inclusion is highlighted, along with the need for continuous analysis and improvement of pedagogical practices and student profiles in this educational context.

Keywords: Citizenship; Education; EJA; Project.

**Ana Gabriela Alves
de Almeida**

Universidade Estadual de
Alagoas
ana.gabzinha@gmail.com
OrCID:

**Paulo Henrique
Almeida da Hora**

Universidade Estadual de
Alagoas
paulohenrique@uneal.edu
.br
OrCID: 0000-0003-
2262-6234

**Pedro Almeida do
Nascimento Júnior**

Universidade Estadual de
Alagoas
pedroalmeidajr20@gmail.
com
OrCID: 0000-0002-5658-
3538

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um ambiente dinâmico e enriquecedor, onde ocorrem experiências diversas que contribuem significativamente para a formação de jovens e adultos como protagonistas de sua própria história. Essas experiências ajudam a moldar as diferentes facetas da identidade brasileira (Caderno de Orientações Pedagógicas, 2008).

A identidade de um programa de EJA exige uma abordagem distinta que atenda às necessidades de aprendizagem de seu público-alvo, composto principalmente por pessoas em busca de elevar sua escolaridade, com o objetivo de melhorar suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Historicamente, a EJA tem buscado articular os processos de aprendizagem ocorridos na escola com aqueles que ocorrem em todos os âmbitos da vida social, refletindo a convivência humana.

Nesse contexto, esta pesquisa se justifica pela relevância de compreender a EJA e sua ênfase na formação integral, direcionada ao desenvolvimento de habilidades que estimulem a participação social ativa e crítica dos indivíduos (Caderno de Orientações Pedagógicas, 2008). A implementação de um modelo educacional inovador possibilita uma maior interação e colaboração entre os educadores, gestores, mediadores e todos os intervenientes que desempenham um papel fundamental na EJA.

A metodologia adotada baseou-se em uma extensa pesquisa bibliográfica, incluindo livros, artigos científicos e manuais do Ministério da Educação, com foco nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, além de uma pesquisa de campo realizada em uma escola municipal em Quebrangulo-AL, que atende alunos da EJA.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar a EJA e compreender o perfil dos jovens e adultos que participam desse programa educacional no município de Quebrangulo-AL.

A Educação de Jovens e Adultos

Ao longo dos anos, diversas transformações sociopolíticas, econômicas e culturais vêm moldando a sociedade moderna. A educação, por sua vez, não escapa dessas influências, demandando adaptação às novas necessidades.

No que tange à Educação de Jovens e Adultos (EJA), seus resultados ainda estão intrinsecamente ligados a fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, em comparação com outras modalidades de ensino. A maioria dessas questões se manifesta como obstáculos ao acesso à educação ou ao abandono escolar por parte de jovens e adultos, muitas vezes devido à necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho. Isso resulta em um grande contingente de analfabetos.

Na década de 60, o educador Paulo Freire desempenhou um papel fundamental na concepção de um novo paradigma teórico e pedagógico, enfatizando a importância da participação política do indivíduo e o papel da educação na conscientização da população (Brasil, 2002).

De acordo com Moura (2004), enquanto o país estava sob um governo populista, Paulo Freire teve a oportunidade de disseminar suas ideias e implementá-las por meio do Plano Nacional de Alfabetização, que ele coordenou, e fornecendo orientação às experiências de alfabetização de adultos promovidas pelos movimentos populares.

No entanto, com o Golpe Militar em 1964, a atualização das propostas educacionais de Freire foi proibida. A Educação de Jovens e Adultos "caiu no esquecimento" do Ministério da Educação e Cultura (MEC) durante os primeiros anos do governo militar (Moura, 2004).

Foi somente por meio da pressão internacional, representada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que ações foram retomadas, com ênfase em critérios políticos-ideológicos orientados principalmente para a formação de mão de obra qualificada, priorizando critérios econômicos. Até a década de 80, prevaleceram definições de alfabetização como aquisição do código alfabético ou definições mais amplas como as formuladas pela UNESCO e adotadas no Brasil durante o período de ditadura militar (Moura, 2004).

Nesse contexto, teve início a campanha de educação cruzada da Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), com apoio de recursos de igrejas evangélicas norte-americanas. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) surgiu como uma continuação das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas por Lourenço Filho, com uma abordagem ideológica totalmente diferente da anterior. O MOBRAL tinha como foco principal ensinar adultos a ler e escrever, sem enfatizar a formação integral do indivíduo (Brasil, 2002).

Foi estabelecido por meio da Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967 (BRASIL, 2002), com o objetivo de promover a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando integrá-los à comunidade e melhorar suas condições de vida. No entanto, o objetivo do MOBREAL relacionava a ascensão escolar a uma melhoria de vida, sem abordar as contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Em outras palavras, o foco era aprender a ler, escrever e contar como um meio de melhorar a qualidade de vida.

Em 1970, o governo federal organizou o MOBREAL, iniciando um processo massivo de alfabetização contínua para jovens e adultos. Em 1971, foi implementado o ensino supletivo, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971).

Até meados dos anos 80, o país passou por várias mobilizações, articulações políticas e revisões de movimentos sociais educacionais. Em 1985, o MOBREAL foi substituído pela Fundação Educar, que forneceu apoio financeiro e técnico a ações de diversos níveis públicos (ONGs, empresas, etc.), não executando mais os programas diretamente (Brasil, 2002).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabeleceu que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos, como uma modalidade estratégica no esforço nacional em prol da igualdade de acesso à educação como bem social, também se encaixa nesse princípio e deve ser considerada à luz dessa perspectiva. No entanto, durante a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), a EJA foi excluída, uma vez que esse fundo se aplicava exclusivamente ao ensino fundamental regular, não abrangendo outras modalidades de ensino (Brasil, 2002).

Aspectos históricos da educação de jovens e adultos no município de Quebrangulo/AL

O município de Quebrangulo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, tem se envolvido em ações de Educação de Jovens e Adultos (EJA) desde 1997, alinhando-se

com os programas do governo federal. No entanto, a compreensão da elaboração e implementação do ensino direcionado aos educandos suscita reflexões sobre as estratégias adotadas na construção de uma política pública para a EJA, com foco em jovens e adultos que representam a diversidade da população.

Na década de 1990, o governo federal, pressionado por exigências político-econômicas, se viu compelido a adotar ações mais eficazes no setor educacional. Paralelamente, diversas entidades governamentais e não governamentais contribuíram com novas propostas e ideias para a educação.

No âmbito governamental, destacam-se a Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), vinculada à Secretaria de Educação Fundamental (SEF) do Ministério da Educação, além das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Organizações Não Governamentais (ONGs) como o Instituto Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário (IBEAC), o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), juntamente com entidades internacionais como a UNESCO e instituições empresariais como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP/CIESP), também desempenham papéis significativos nesse contexto.

Com a ascensão do pensamento e modelo neoliberais, o Brasil passou por cortes substanciais nos gastos públicos, levando a um aumento das privatizações e à redução da atuação do governo federal. Isso resultou na priorização da educação para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, em detrimento da educação de adultos. No entanto, a intervenção de organismos internacionais na educação brasileira levou o governo federal a adotar uma abordagem diferenciada para a educação de adultos, delegando aos estados e municípios a responsabilidade pela implementação de políticas mais eficazes nessa área.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi oficialmente reconhecida como uma modalidade da Educação Básica, destinada àqueles que não tiveram acesso à educação fundamental e média na idade apropriada, ou seja, acima de 15 anos. Assim, a EJA foi incorporada ao ensino regular, distinguindo-se dos cursos de educação "livre". Embora a legislação tenha avançado, ainda persistem obstáculos para uma implementação eficaz da EJA, pois a educação infantil continua a ser priorizada.

A EJA não abrange apenas uma faixa etária específica, mas representa uma demanda por educação básica decorrente dos problemas educacionais, incluindo o analfabetismo, nos países em desenvolvimento. Portanto, a EJA é mais do que uma questão etária; é uma resposta à necessidade de escolarização de adultos que não tiveram acesso à educação na idade apropriada.

Diante desse contexto histórico e político, é crucial destacar que a EJA está intrinsecamente ligada à questão do analfabetismo, embora seu escopo temático seja muito mais amplo.

Projeto saber em Alagoas: Contexto histórico

Em Alagoas, a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo da história da educação tem refletido o cenário nacional, com a implementação de campanhas de alfabetização, como aquelas iniciadas em 1947, que ainda hoje refletem a realidade do programa Brasil Alfabetizado. Tanto os programas e projetos de alfabetização para jovens e adultos, oferecidos à margem dos sistemas de educação, quanto o ensino supletivo na rede pública estadual, têm enfrentado desafios semelhantes, caracterizados pela falta de professores qualificados, frequentemente contratados temporariamente com baixa remuneração e formação insuficiente. Isso resulta em problemas como a descontinuidade do ensino.

Além da falta de professores qualificados, a infraestrutura material é extremamente precária, os materiais didático-pedagógicos inadequados e outras deficiências persistem. Esse tipo de atendimento não apenas frustra as expectativas de escolarização da população com mais de 15 anos, mas também coloca Alagoas em posições desfavoráveis nas estatísticas educacionais da região Nordeste e do Brasil. Ao comparar o número de analfabetos entre as regiões brasileiras, observa-se que a situação é mais grave no Nordeste, com Alagoas historicamente apresentando os índices mais elevados.

Dados do IBGE no Censo Demográfico de 2016 indicam que a taxa de analfabetismo em Alagoas é de 32,8% para a população com 15 anos ou mais, superando a média do Nordeste, que é de 26,6%, e mais que o dobro da taxa nacional, que é de 13,3%. Essa situação se agrava quando se considera o analfabetismo funcional, que abrange pessoas com menos de quatro anos de escolaridade concluída com sucesso.

Em Alagoas, metade da população (50,2%) com 15 anos ou mais está na condição de analfabetos funcionais (SEE-AL, 2017).

Metodologia

Neste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, com foco no estudo de caso, visando abordar a questão em questão.

A pesquisa foi conduzida nas turmas de Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Municipal Professora Mirta Correia Costa, localizada em Quebrangulo-AL. Considerou-se especialmente a atuação de um mesmo professor nessas duas turmas. Os métodos de pesquisa empregados compreenderam a observação direta e a análise de documentos.

A escolha do objeto de estudo surgiu durante o estágio curricular supervisionado, quando se tornou evidente a ocorrência de evasão, desânimo e falta de interesse por parte dos alunos nas turmas de EJA.

A pesquisa foi conduzida em duas fases distintas. A primeira fase envolveu a seleção e delimitação do tema, seguida por um extenso levantamento bibliográfico e revisão da literatura, que abordaram os principais autores e conceitos relacionados à temática em discussão. As informações coletadas nessa etapa foram cuidadosamente analisadas e arquivadas.

A segunda fase foi dedicada ao trabalho de campo, que consistiu na observação direta do ambiente de pesquisa, bem como na coleta de dados relacionados ao número de matrículas e ao desempenho dos alunos. Nessa etapa, também foram realizadas pesquisas de materiais e documentos referentes à localização e à escola em questão. As principais fontes de dados incluíram o livro didático utilizado nas aulas de EJA e o Projeto Político Pedagógico da escola.

Contextualização da escola municipal professora Mirta Correia Costa

A Escola Municipal Professora Mirta Correia Costa está localizada no centro de Quebrangulo e é mantida pela Secretaria de Estado de Educação de Alagoas, sob a

jurisdição da 3ª Gerência Regional de Educação. O terreno no qual a escola foi construída foi doado, embora o doador seja desconhecido.

Conforme o Regimento da escola, ela opera em regime de externato, oferecendo cursos de Educação Básica, principalmente nos níveis de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio regular, além da modalidade EJA conforme as regulamentações do Conselho Nacional e Estadual de Educação. A escola atende nos seguintes turnos: matutino e vespertino para o Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio regular, e noturno para o Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio na modalidade EJA.

Seu objetivo geral é formar cidadãos críticos, participativos e pensantes por meio de práticas pedagógicas multidisciplinares, interdisciplinares e/ou transdisciplinares, de acordo com as normas legais vigentes, para o exercício pleno da cidadania.

A estrutura física da escola, durante o período da pesquisa, compreendia seis salas de aula. No entanto, à noite, funcionavam nove turmas, das quais três ocupavam salas improvisadas. Os laboratórios de matemática, ciências e a mapoteca operavam em salas regulares de aula, uma vez que não havia instalações físicas específicas.

Nesse período, a escola contava com um total de 686 alunos distribuídos em 23 turmas, da seguinte forma: 213 alunos no Ensino Fundamental Anos Finais (matutino e vespertino), 187 alunos no Ensino Médio (matutino e vespertino), 117 alunos no Ensino Fundamental Anos Finais na modalidade EJA e 169 alunos no Ensino Médio na modalidade EJA. A faixa etária dos alunos variava de 11 a 60 anos, com predominância de alunos mais velhos na modalidade EJA.

A escola, que inclui a EJA, busca desenvolver um currículo interdisciplinar e integrado, enfatizando valores e incentivando a pesquisa, a participação e a troca de informações entre os alunos. Os conteúdos são selecionados levando em consideração a realidade dos estudantes e as diretrizes estabelecidas na legislação educacional vigente. As aulas são conduzidas de várias maneiras, incluindo exposições de conteúdo, trabalhos individuais e em grupo, apresentações de grupos e aplicação de provas, variando de acordo com a turma e o professor responsável.

A prática pedagógica na educação de jovens e adultos da escola municipal professora Mirta Correia Costa

A pesquisa conduzida no âmbito deste estudo foi realizada durante os meses de março, abril, maio e junho de 2018, sob a supervisão da coordenadora pedagógica da Escola Municipal Professora Mirta Correia Costa, nas turmas do 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA). É importante destacar que todas as aulas da EJA ocorrem nos três turnos.

No que diz respeito à organização do curso presencial da EJA, os anos finais do Ensino Fundamental têm a duração de dois anos letivos, divididos em quatro períodos semestrais. Já o curso presencial do Ensino Médio tem a duração de um ano e meio, distribuído em três períodos semestrais. Durante a pesquisa, foram observados aspectos relacionados à prática pedagógica das professoras, à estrutura física da escola, aos recursos didáticos disponíveis e às características dos alunos.

No contexto da prática pedagógica dos professores, observou-se que eles se empenham em seguir o currículo e a proposta pedagógica da EJA em todas as disciplinas. No entanto, nem sempre conseguem estabelecer uma conexão efetiva entre o conteúdo abordado e as experiências cotidianas dos alunos.

É relevante destacar que a formação dos professores que atuam na EJA geralmente não é específica para esse público, sendo, na maioria dos casos, proveniente de cursos superiores em áreas de conhecimento isoladas. Algumas atividades são estruturadas de maneira metódica, visando apenas a transmissão de conceitos básicos, sem levar em consideração o conhecimento prévio dos alunos, o que pode contribuir para a desmotivação e evasão escolar.

Essa realidade não difere do contexto nacional, como apontado por um levantamento realizado pela Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (COEJA) da Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação em 2016. O estudo revelou que 37% dos professores do segundo segmento do ensino fundamental da modalidade EJA não consideram os conhecimentos e visões trazidos pelos alunos de suas experiências anteriores, enquanto 13% afirmaram que os alunos têm pouco conhecimento nesse aspecto.

Durante as observações, foi identificado que alguns alunos são introspectivos, embora a maioria seja calma e participe das aulas sempre que possível, embora com desânimo e desatenção. Assim como nas modalidades de ensino regular, na EJA, o

currículo de todas as disciplinas, com exceção de Matemática e Português, parece limitado, com maior ênfase nesses dois últimos campos.

No que se refere ao papel dos professores da EJA na escola, ficou evidente que sua prática pedagógica está alinhada com as diretrizes curriculares da EJA para os respectivos segmentos. No entanto, como mencionado anteriormente, a falta de motivação para reduzir a evasão na EJA é uma questão relevante a ser considerada.

No contexto urbano e industrializado, muitos indivíduos vivem em condições de exclusão social, frequentemente ocupando empregos não qualificados. Eles enfrentam desafios educacionais significativos, uma vez que carregam históricos de interrupções na educação formal e repetições de séries. Grande parte desse público nunca frequentou uma escola ou teve que abandoná-la na infância, principalmente devido à necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho ou à falta de acesso à educação formal. Quando esses indivíduos optam por retornar à sala de aula, muitas vezes é impulsionado pelo desejo de melhorar suas perspectivas de vida ou pela necessidade de atender a requisitos profissionais.

O Projeto Saber, uma iniciativa que envolveu parcerias entre a Secretaria de Estado da Educação (SEE), o Ministério da Educação e a sociedade civil, teve como objetivo educar jovens e adultos não alfabetizados e não escolarizados. Lançado em 2001, esse projeto capacitou cerca de 80 mil pessoas em Alagoas até seu término em outubro de 2004. As aulas eram realizadas em espaços alternativos e visavam a continuidade dos estudos dos alunos em turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede estadual.

Os alunos do Projeto Saber eram, em sua maioria, trabalhadores não qualificados, provenientes de áreas rurais e periferias urbanas. Eles buscavam a educação como uma forma de melhorar suas vidas e contribuir para suas famílias. O projeto foi uma tentativa de reduzir o analfabetismo funcional em Alagoas e, ao longo de quatro anos, almejou atender 90 mil jovens e adultos, com idades a partir de 15 anos, capacitando-os e escolarizando-os (Melo, 2010).

Apesar desses esforços, o desafio persiste, pois muitos alunos da EJA têm vínculos estreitos com o trabalho e enfrentam dificuldades socioeconômicas e de autoestima. Muitos deles conseguiram avançar em suas carreiras ou melhorar suas condições de vida após participarem do Projeto Saber. No entanto, a evasão escolar ainda é um problema significativo.

O Projeto Saber revela a importância de entender os alunos da EJA além de sua condição escolar, levando em consideração suas vidas, trabalhos e contextos sociais. A educação de jovens e adultos deve se adaptar a essas realidades complexas para promover o engajamento e a continuidade dos estudos. A escola precisa se abrir para os movimentos da sociedade e interagir de maneira mais eficaz com seus participantes, reconhecendo o protagonismo da juventude e da vida adulta como um tempo de direitos e identidade (Arroyo, 2005).

No que diz respeito ao Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, conhecido como Projeto Saber, é crucial destacar que algumas limitações significativas foram identificadas, afetando a consecução de seus objetivos e programas. A análise apontou que uma das principais fragilidades reside na insuficiência de tempo destinada à alfabetização dos alunos, o que, segundo especialistas, suscita dúvidas quanto à eficácia do programa na garantia de um nível satisfatório de alfabetização.

Um dos problemas centrais encontrados no âmbito do projeto é a ausência de mecanismos que propiciem a continuidade do processo educacional dos beneficiários, bem como a carência de uma estratégia de integração com outras iniciativas governamentais na área educacional. Nesse contexto, merece crítica a lacuna no controle dos alunos, o que resulta na matrícula de muitos deles sem o devido registro, gerando uma distorção artificial nas estatísticas e uma duplicidade na distribuição de material didático.

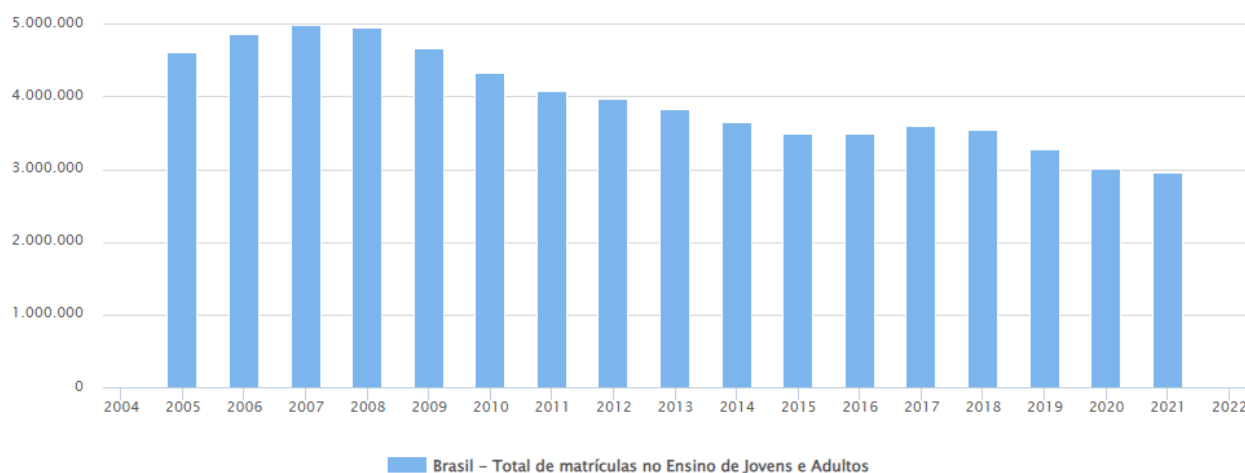
Além disso, a elevada rotatividade de alfabetizadores, que não são reaproveitados a cada novo módulo do programa, também emerge como uma questão preocupante. Essa rotatividade impacta negativamente a qualidade do ensino proporcionado, pois os educadores enfrentam o desafio de se adaptarem constantemente a novos alunos e turmas, o que dificulta a construção de um ambiente de aprendizado consistente.

Para embasar essa avaliação, é relevante mencionar o relatório do Ministério da Educação, que apontou a necessidade de aprimorar os programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para garantir a eficácia na alfabetização e educação desse público-alvo. Esse documento destaca a importância de abordagens mais abrangentes e sustentáveis para atender às demandas específicas da EJA.

Portanto, diante dessas considerações, torna-se imperativo que o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, como o Projeto Saber, passe por uma revisão profunda e seja aprimorado, a fim de garantir resultados mais eficazes e sustentáveis na promoção

da alfabetização e educação dessa parcela da população (MEC, Relatório de Educação de Jovens e Adultos, 2020).

Figura 1



Fonte: Fundação ABRINQ (2021)

Assim, os dados acima evidenciam a preocupante diminuição do interesse pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que indica que as pessoas não estão sendo devidamente incentivadas. Enquanto a EJA for tratada principalmente como uma questão de assistência social, não estaremos cumprindo plenamente o preceito constitucional que assegura uma educação de qualidade.

É notório que poucos estados e municípios brasileiros implementaram políticas efetivas de cargos, salários e formação para especialistas em Educação de Jovens e Adultos. Os responsáveis pelas campanhas de alfabetização de adultos ainda trabalham com a ideia de que o analfabetismo pode ser superado por meio de ações pontuais, ignorando o aumento constante do analfabetismo funcional na sociedade brasileira. Vale ressaltar que a falta de prática na leitura e escrita pode levar à regressão ao analfabetismo.

Apesar das mudanças na Constituição e da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a EJA ainda não é priorizada pelo governo. O Brasil enfrenta um cenário ambíguo em relação a essa modalidade de ensino, com um aumento contínuo do analfabetismo funcional, mas poucas medidas concretas do Estado para

capacitar os professores e enfrentar esse desafio, incluindo o analfabetismo funcional, absoluto, digital e tecnológico.

Para que a EJA se torne uma educação de qualidade com resultados satisfatórios, é imprescindível a implementação de políticas públicas mais eficazes. Embora sejam destinados recursos substanciais a essa modalidade de ensino, muitas vezes, sua gestão é ineficiente. Portanto, é crucial investir na formação de profissionais capazes de desempenhar um papel positivo na EJA, reconhecendo-a como uma modalidade essencial para a valorização do aluno enquanto cidadão.

Conclusão

A reflexão sobre a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) destaca a diversidade de sua clientela, composta por indivíduos que não tiveram acesso à educação na idade adequada ou que interromperam seus estudos. Para esses alunos, retomar ou iniciar os estudos implica em significativas mudanças em suas vidas, especialmente para aqueles que também trabalham. Portanto, é crucial garantir condições de ensino estimulantes e alinhadas com as realidades socioculturais dos estudantes, visando evitar a desistência. Isso requer um ambiente escolar motivador, com atividades desafiadoras e uma abordagem emancipadora.

Este projeto demonstrou a responsabilidade dos educadores em recuperar e manter esses estudantes na instituição até a conclusão de seus estudos formais, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas que incentivem sua permanência. Os alunos da EJA, muitas vezes sobrecarregados com trabalho e responsabilidades familiares, buscam aulas envolventes.

As instituições escolares devem investigar as causas da evasão na EJA e implementar ações para reduzi-la, garantindo o direito de todos a uma educação de qualidade, conforme a legislação vigente.

Referências

1. ARROYO, M. Educação de jovens e adultos e juventude: tensões e desafios. In: **Juventude e educação: desafios e perspectivas**. Cortez Editora, 2005.

2. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
3. BRASIL. Ministério da Educação. **A educação de jovens e adultos no Brasil: memórias, práticas e desafios**. 2 ed. Brasília, DF: MEC, 2002.
4. HADDAD, Sérgio. A legislação de educação de jovens e adultos no Brasil. In: **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidades**. Brasília, DF: UNESCO, 1997.
5. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2016**. Rio de Janeiro, RJ, 2016.
6. MELO, A. C. P. Projeto Saber: uma experiência de educação de jovens e adultos em Alagoas. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 19, n. 34, p. 41-51, 2010.
7. MEC (Ministério da Educação). **Relatório de Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF, 2020.
8. OBSERVATÓRIO CRIANÇA. **Número de matrículas no ensino de jovens e adultos - EJA**. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/educacao-jovens-adultos/539-numero-de-matriculas-no-ensino-de-jovens-e-adultos-eja?filters=1,71>. Acesso em: 14 set. 2023.
9. SEE-AL (Secretaria de Estado da Educação de Alagoas). **Plano de Ações Articuladas - PAA: Alagoas**. Maceió, AL, 2017.